G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

G20 e Clube de Paris formalizam novo roteiro para o tratamento de dívidas soberanas

El G20 y el Club de París formalizan un nuevo plan de acción para la gestión de la deuda soberana

G20 and Paris Club set out new roadmap for sovereign debt management

Resumo: O informe analisa as novas diretrizes globais para a renegociação de dívidas soberanas, detalhando o funcionamento prático do modelo lançado pelo G20 e pelo Clube de Paris para orientar esses acordos. O texto aborda as diferentes modalidades de alívio financeiro, as exigências de igualdade de condições entre credores públicos e privados e as salvaguardas contratuais previstas. Por fim, apresenta-se uma avaliação crítica sobre os impactos negativos da rigidez desse roteiro burocrático e as oportunidades perdidas para a modernização do sistema financeiro internacional.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; Reunião Ministerial de Finanças; África; OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *El informe analiza las nuevas directrices globales para la renegociación de la deuda soberana, detallando el funcionamiento práctico del modelo presentado por el G-20 y el Club de París para orientar dichos acuerdos. El texto aborda las diferentes modalidades de alivio financiero, los requisitos de igualdad de condiciones entre acreedores públicos y privados y las salvaguardias contractuales previstas. Por último, se presenta una evaluación crítica sobre los impactos negativos de la rigidez de este procedimiento burocrático y las oportunidades perdidas para la modernización del sistema financiero internacional.*

Palabras clave: *G20; EE. UU.; G7; Geopolítica; OECD; cooperación internacional.*

Abstract: *The report analyzes the new global guidelines for sovereign debt renegotiation, detailing the practical operation of the model launched by the G20 and the Paris Club to guide these agreements. The document addresses the different forms of debt relief, the requirements for equal treatment between public and private creditors, and the contractual safeguards provided for. Finally, it presents a critical assessment of the negative impacts of the rigidity of this bureaucratic roadmap and the missed opportunities for modernizing the international financial system.*

Keywords: *G20; USA; G7; Finance Ministerial Meeting; Africa; OECD; international cooperation*

A paralisia que caracteriza a gestão do G20 neste ano foi ligeiramente rompida com o lançamento de uma nova diretriz para lidar com o endividamento global. Sob a presidência norte-americana do bloco, os membros do G20 e do Clube de Paris publicaram um Memorando de Entendimento ilustrativo sobre o assunto, o que constitui uma das poucas entregas tangíveis obtidas no atual ciclo. O objetivo central da iniciativa é demonstrar, de forma clara, os contornos e as condições básicas aplicáveis aos acordos oficiais de renegociação de dívida soberana entre um país devedor e seus credores oficiais. O documento funciona, de forma prática, como um esqueleto para guiar negociações, promovendo maior transparência no processo e aprimorando a velocidade e a clareza das reestruturações. As autoridades econômicas apontam que essa previsibilidade não apenas melhora o monitoramento da evolução dos processos e ajuda a mitigar vulnerabilidades financeiras, mas também facilita ações coordenadas para assegurar resoluções consideravelmente mais rápidas.

Conhecido oficialmente como Quadro Comum para o Tratamento de Dívidas (*Common Framework for Debt Treatments*, em inglês), este mecanismo foi estabelecido em 2020, sob a presidência da Arábia Saudita no G20. Apoiado fortemente pelo Clube de Paris, o modelo foi desenhado especificamente para auxiliar países de baixa renda elegíveis à iniciativa emergencial de suspensão criada durante a pandemia de Covid-19, a qual ofereceu suporte a 73 nações vulneráveis. O objetivo central da medida é recolocar a dívida pública externa desses países em uma trajetória sustentável, exigindo que todo o processo ocorra obrigatoriamente sob o escopo de um programa macroeconômico ativo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

A governança e os princípios desse arranjo são profundamente moldados pelas práticas do Clube de Paris, um grupo informal composto por 22 membros permanentes, incluindo o Brasil, que detêm grande influência financeira internacional. Para orientar o tratamento da dívida, o documento segue os fundamentos históricos desse fórum, destacando a abordagem de reestruturação conduzida caso a caso e a exigência de comparabilidade do tratamento. Do mesmo modo, a necessidade de intervenção passa a ser balizada estritamente pela lacuna de financiamento definida pela Análise de Sustentabilidade da Dívida, elaborada em conjunto pelo FMI e pelo Banco Mundial. Ademais, o Quadro Comum introduz nos processos a noção de uma avaliação coletiva, a ser realizada pelos credores oficiais para determinar o tratamento adequado, um arranjo que, até o ano de 2025, havia sido solicitado por quatro nações: Chade, Zâmbia, Etiópia e Gana.

Para operacionalizar essas diretrizes, o novo modelo de Memorando de Entendimento foi estruturado como um roteiro detalhado para aumentar a transparência do processo, funcionando como um esqueleto técnico para orientar as complexas tratativas de renegociação. Embora não possua caráter juridicamente vinculativo por si só, o documento define com clareza os critérios de elegibilidade das dívidas, abrangendo empréstimos concedidos por governos ou instituições oficiais e créditos comerciais com garantia estatal, desde que os contratos originais tenham sido assinados e os valores desembolsados antes de uma data de corte predeterminada pelas partes. Como o documento constitui um modelo ilustrativo voltado à padronização de processos, ele não enumera nações específicas, limitando-se a fixar os critérios técnicos para as categorias de participantes. No polo credor, qualificam-se os governos ou instituições oficiais que concederam empréstimos bilaterais diretos ou garantiram créditos comerciais ao devedor. No esqueleto do memorando, esses atores são representados por variáveis gerais que compõem o Comitê Oficial de Credores, arranjo que engloba, para além de membros do G20 e do Clube de Paris, outros credores externos oficiais que operam fora do grupo principal de negociação.

No polo oposto, a posição de país devedor está aberta a qualquer nação vulnerável reconhecida como elegível ao Quadro Comum que formalize o pedido de tratamento de seu passivo, consolidando um mecanismo dinâmico baseado estritamente no enquadramento regulatório dos Estados envolvidos.

A partir desse escopo, o alívio financeiro é estruturado em duas modalidades principais, cuja diferença fundamental reside na abrangência do perdão em relação ao montante da dívida e ao tempo. A primeira delas é o *stock treatment*, que consiste em uma reestruturação ampla aplicada à totalidade do saldo devedor pendente e a todos os valores que já estão em atraso, incluindo os juros contratuais e os juros de mora não pagos até a data do acordo. Todo esse volume acumulado é refinanciado, recebendo um novo cronograma de amortização e novas taxas de juros que passam a ser fixas, com valores determinados por faixas que dependem diretamente de quão elevada era a taxa estabelecida no contrato original. Em contrapartida, o *flow treatment* funciona como um alívio temporário e focado, aplicando-se apenas às parcelas e aos juros que vencem dentro de um período de tempo específico e predeterminado. Sob essa segunda abordagem, qualquer prestação que vença antes ou depois do intervalo fixado deve ser paga normalmente, seguindo as regras e o calendário do contrato original. Além disso, diferentemente do modelo anterior, o país devedor é obrigado a quitar imediatamente todos os valores que estavam em atraso assim que assina o memorando, perdendo a possibilidade de refinanciá-los.

Para além das modalidades de reestruturação, o modelo estabelece a regra da Comparabilidade de Tratamento como uma de suas exigências mais rigorosas e detalhadas. Essa diretriz obriga o país devedor a buscar acordos de renegociação com todos os seus outros credores externos, incluindo os investidores e bancos privados, que ofereçam termos no mínimo tão favoráveis e com perdas proporcionais àquelas aceitas pelo Comitê Oficial de Credores. Com o propósito de garantir o cumprimento irrestrito dessa norma e evitar que recursos oficiais sejam usados para pagar credores privados, o documento estipula que o devedor está proibido de fazer qualquer pagamento a esses outros parceiros externos, devendo mantê-los em situação de inadimplência até que chegue a um acordo equiparável. Adicionalmente, o país devedor é obrigado a atuar com extrema transparência, devendo compartilhar com o comitê oficial as minutas de qualquer acordo firmado com os credores privados antes mesmo de assiná-lo formalmente. Esse procedimento permite que os credores oficiais avaliem detalhadamente se a regra de comparabilidade está realmente sendo respeitada. Para isso, o comitê realiza uma auditoria baseada em critérios claros, como a redução do valor presente líquido da dívida e as mudanças projetadas no serviço nominal da dívida, impedindo distorções no tratamento entre as partes.

Por fim, o documento prevê cláusulas severas de proteção aos credores oficiais para o caso de quebra de regras, destacando-se a cláusula de retomada de direitos, conhecida em inglês como *claw-back*. Esta regra determina que, se o país devedor violar os compromissos assumidos, como falhar na implementação do programa do FMI ou omitir informações financeiras cruciais, o comitê oficial pode declarar todo o memorando ineficaz. Nesse cenário extremo, a reestruturação é imediatamente cancelada, os prazos e termos originais de pagamento da dívida são restaurados e os credores ganham o direito de cobrar juros compensatórios de até 5% ao ano sobre todos os valores atrasados. Para assegurar que o devedor inicie o processo seguindo estritamente as normas, o memorando conta ainda com uma cláusula de condição precedente. Essa medida determina que o acordo geral só entra legalmente em vigor após o país publicar uma declaração oficial e pública confirmando que

permanecerá em moratória com seus outros credores externos até que estes aceitem perdas financeiras comparáveis.

De maneira simplificada, o passo a passo do documento estabelece uma esteira sequencial que se inicia com o pedido de alívio pelo país devedor e a consequente formação do Comitê Oficial de Credores. A etapa seguinte exige a celebração de um programa econômico com o FMI balizado pela Análise de Sustentabilidade da Dívida, o qual define o volume de reestruturação necessário para fechar a lacuna financeira. Assim que o comitê fornece as garantias de financiamento para a aprovação do plano pelo Fundo, os credores oficiais propõem os termos do alívio, incluindo a extensão de prazos e a redução do valor presente líquido, culminando na assinatura do Memorando de Entendimento. Contudo, para que o acordo passe a vigorar, o devedor precisa obrigatoriamente apresentar uma proposta com perdas equivalentes aos seus investidores privados, declarando publicamente que manterá a moratória com eles até que um pacto seja firmado. Uma vez assinados os tratados bilaterais definitivos com cada nação credora, o roteiro prevê que qualquer desvio das metas macroeconômicas ou das cláusulas acordadas anula o tratamento, restaurando as condições punitivas originais sob uma taxa de juros compensatória extra de cinco pontos percentuais.

Apesar das promessas de maior clareza e formalidade aos procedimentos de renegociação da dívida, uma análise detalhada publicada pelo *Atlantic Council* argumenta que a extrema rigidez do novo modelo do G20 pode causar mais danos do que benefícios. O estudo aponta que as regras rígidas e inflexíveis arriscam agravar os cenários de crise tanto para os governos devedores quanto para o mercado financeiro, uma vez que limitam a maleabilidade indispensável para a resolução de crises fiscais. Essa perda de flexibilidade se reflete, inicialmente, na extinção das negociações preventivas, conhecidas como *pre-default*, dado que a ativação do memorando exige que a nação devedora declare inadimplência unilateral perante os investidores privados. Essa imposição impede a busca por soluções consensuais e voluntárias voltadas a preservar a reputação do país, prolongando seu isolamento dos mercados internacionais de capitais e agravando a escassez crônica de caixa. Adicionalmente, aponta-se a postura coercitiva adotada frente aos credores privados, que são compelidos a aceitar perdas delimitadas exclusivamente pelas análises do FMI e dos entes oficiais, sem qualquer consulta prévia. Esse distanciamento do diálogo contraria recomendações internacionais, incentivando a rejeição de acordos coletivos e a abertura de litígios judiciais estrangeiros contra o Estado devedor. O diagnóstico também condena o caráter punitivo da cláusula de *claw-back*, que impõe juros compensatórios caso o país descumpra as regras contratuais, uma penalidade considerada autodestrutiva por sufocar financeiramente uma economia cuja insolvência já foi tecnicamente atestada.

Diante dessas falhas, a análise conclui que o G20 desperdiçou oportunidades de modernizar efetivamente o sistema financeiro ao desconsiderar propostas consensuais formuladas anteriormente na *Global Sovereign Debt Roundtable* (GSDR, Mesa Redonda sobre Dívida Soberana), fórum copatrocinado pelo G20 em conjunto com o FMI e o Banco Mundial que discute temas da arquitetura financeira global. A principal lacuna normativa consistiu na ausência de um mecanismo de negociações simultâneas, o qual permitiria tratativas paralelas e coordenadas entre credores públicos e privados, amparadas por canais diretos de compartilhamento de informações para mitigar atrasos. Outra falha estrutural reside na manutenção do escopo limitado do Quadro Comum, que permanece restrito ao atendimento de países de baixa renda, deixando desamparadas as economias de renda média que também enfrentam severa vulnerabilidade financeira e demandam rotas claras de reestruturação. Como

conclusão, o estudo adverte que o aprimoramento do mecanismo se mantém como uma tarefa inacabada, visto que o bloco optou por assegurar uma previsibilidade burocrática em troca do sacrifício da flexibilidade estratégica, elemento que seria crucial para o sucesso duradouro dos acordos.

Referências

CLUBE DE PARIS. Common Framework for Debt Treatments beyond the DSSI. Paris, 2026. Disponível em: https://clubdeparis.org/en/communications/page/the-common-framework-for-debt-treatments-beyond-the-dssi. Acesso em: 8 jun. 2026.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Treasury. G20 and Paris Club Members Publish Template Memorandum of Understanding for the Common Framework. Washington, DC, 2026. Disponível em: https://home.treasury.gov/news/press-releases/sb0506. Acesso em: 7 jun. 2026.

G20. Template Memorandum of Understanding for the Common Framework for Debt Treatments. Washington, DC: U.S. G20 Presidency, 2026. Disponível em:https://content.govdelivery.com/attachments/USTREAS/2026/05/27/file_attachments/3664883/20260518%20Template%20MoU%20Common%20Framework%20G20%20-%20v_adopted.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

TRAN, Hung. The promise and limits of the new G20 template for debt restructuring. Washington, DC: Atlantic Council, 2026. Disponível em: https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/the-promise-and-limits-of-the-new-g20-template-for-debt-restructuring/. Acesso em: 7 jun. 2026.

A cúpula do imprevisível: o G7 de Macron num mundo em desequilíbrio

Managing the unmanageable: Macron's G7 in a world off-balance

La cumbre de lo imprevisible: el G7 de Macron en un mundo desequilibrado

Resumo: A Cúpula do G7 de Évian (15–17 de junho de 2026) ocorre num contexto de volatilidade geopolítica, marcado pela crise do Estreito de Ormuz e pela guerra na Ucrânia. A França aposta no deslumbre diplomático para manter Trump engajado, enquanto tensões logísticas com a Suíça e recomendações dos grupos de engajamento compõem os bastidores do evento.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

***Resumen**: La Cumbre del G7 de Évian (15–17 de junio de 2026) se desarrolla en un contexto de alta volatilidad geopolítica, marcado por la crisis del Estrecho de Ormuz y la guerra en Ucrania. Francia apuesta por el deslumbramiento diplomático para mantener a Trump comprometido, mientras las tensiones logísticas con Suiza y las recomendaciones de los grupos de participación configuran los bastidores del evento.*

***Palabras clave:** G20; EE. UU.; G7; Geopolítica; OECD; cooperación internacional.*

***Abstract:** The G7 Évian Summit (June 15–17, 2026) takes place amid heightened geopolitical volatility shaped by the Strait of Hormuz crisis and the war in Ukraine. France is banking on diplomatic spectacle to keep Trump engaged, while logistical tensions with Switzerland and engagement group recommendations form the summit's backdrop.*

Keywords: *G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Entre os destaques da última quinzena tem a confirmação da participação do presidente Donald Trump na Cúpula de Évian, que vai acontecer entre os dias 15 e 17 de junho (REUTERS, 2026). Além de Trump, os demais líderes do G7 (França, Reino Unido, Alemanha, Itália, Japão, Canadá e União Europeia) também estão confirmados. O presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy também é esperado como convidado com o objetivo de discutir sobre a diplomacia da guerra Rússia x Ucrânia e defesa aérea em resposta aos ataques de mísseis balísticos russos. Além das representações políticas, o setor de tecnologia será representado no evento. O cofundador da OpenAi, Sam Altman, foi convidado, evidenciando o destaque dado ao crescimento da inteligência artificial pelo G7 (CNBC TV18, 2026). Além disso, Brasil, Coreia do Sul, Índia e Quênia também estão entre os convidados da cúpula. O tema central será o enfrentamento dos desequilíbrios globais.

Fontes jornalísticas revelam que, diante da preocupação de Trump abandonar a cúpula, como ocorreu em Kananaskis, em 2025, o presidente francês pretende oferecer ao estadunidense um jantar luxuoso e privado no Palácio de Versalhes (POLITICO, 2026). A estratégia diplomática de bajulação e deslumbre teria como objetivo engajar Trump ao longo dos três dias de reunião. Para tanto, a França teria deslocado a data de início da cúpula (originalmente 14 de junho) para acomodar o aniversário de 80 anos de Trump e as lutas de MMA programadas na Casa Branca, e ajustou a lista de convidados com o perfil americano em mente. O campo de golfe de Évian e a possibilidade de um encontro bilateral com Zelensky completam o quadro de um evento cuidadosamente coreografado para não perder o seu convidado mais imprevisível.

O contexto, porém, é volátil devido à crise do Estreito de Ormuz, que desde o fim de fevereiro bloqueia a passagem de cerca de um quinto do petróleo mundial, na sequência da guerra desencadeada por EUA e Israel contra o Irã. Tal fato reconfigurou a agenda da cúpula para esse ano e expôs fissuras entre Washington e seus aliados europeus. Trump reiteradamente acusou a Europa de não colaborar no Oriente Médio; Rubio chegou a sugerir que o apoio americano à Ucrânia poderia ser revisto em retaliação à recusa europeia de comprometer forças militares no Golfo. É nesse ambiente que a França aposta na velha fórmula do esplendor monárquico como instrumento de política externa (POLITICO, 2026).

Os grupos de trabalho estão fazendo as últimas reuniões às vésperas da cúpula. O Think7, coordenado pelo IDDRI e ECFR, por exemplo, estrutura seu trabalho em quatro pilares. O think thank Conselho Europeu de Relações Exteriores (ECFR) lidera segurança econômica e inovação/tecnologia; IDDRI, think thank internacional dedicado ao desenvolvimento sustentável, lidera finanças para o desenvolvimento e política industrial. Já foram publicados *solution papers* em: (1) segurança econômica: cooperação em segurança econômica e diplomacia econômica, com lições aprendidas e desafios à frente; (2) Inovação e tecnologia: Inovação, investimento e crescimento de longo prazo e redução de desequilíbrios globais em IA; (3) Coordenação de novas políticas industriais: cadeias de valor de minerais críticos seguras, responsáveis e equitativas e acordos de investimento no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (4) Financiamento do desenvolvimento sustentável: Rumo a um sistema de bancos públicos de desenvolvimento mais eficaz e integrado e ampliação de seguros contra desastres naturais; além de padronização e fortalecimento da prestação de contas no financiamento da biodiversidade (THINK7, 2026).

O Civil7, secretariado pela Coordination SUD, defende garantia do direito internacional e democracia, aceleração dos ODS com financiamento adequado, e fortalecimento do espaço cívico na cooperação internacional. O último encontro do grupo de engajamento antes da cúpula ocorreu no dia 5 de junho, mas ainda não há um comunicado oficial publicado no momento de redação desse informe. O grupo Women7, publicou um artigo de posicionamento às vésperas da cúpula e enquadra a regressão dos direitos de mulheres e pessoas LGBTQIA+ como um "desequilíbrio global" estrutural para as democracias. Segundo o grupo, Estados Unidos e Itália são abertamente opositores dos direitos LGBTQIA+, de meninas e mulheres em toda sua diversidade. Diante disso, o Women7 pede comprometimento com os demais a não retrocederem nessas pautas diante das pressões internas (WOMEN7, 2026).

Em termos logísticos a Cúpula de Évian tem causado um frisson entre França e Suíça. Isso, pois, embora a Suíça não participe da cúpula, o país está diretamente envolvido em assumir parcela significativa da operação de segurança em seu território, com controle reforçado nas fronteiras, mobilização de até 5.000 efetivos do exército, forças policiais ao redor do Lago de Genebra na fronteira com a França (LE MONDE, 2026). A última cúpula do G8 em Évian provocou uma série de danos na cidade suíça de Genebra que presenciou grandes protestos contra a globalização na época que o grupo ainda incluía a Rússia. Na ocasião, os custos de segurança para a Suíça chegaram a 25 milhões de euros, dos quais o governo francês cobriu pouco menos da metade. Dessa forma, a Suíça exige que a França promova um espaço seguro para manifestações em território francês e que arque com os custos de segurança.

Na última quinta-feira, o exército suíço informou que vai mobilizar cerca de 4.000 militares em seu território para reforçar a segurança. Os militares estarão ativos nas fronteiras, rotas de transporte, lago de Genebra e aeroporto de Genebra. Ainda, farão policiamento do espaço aéreo, com sistemas antidrone e proteção contra armas nucleares, biológicas e químicas, segundo o comunicado (REUTERS, 2026). Ainda não se sabe se esse custo será compartilhado ou custeado pela França.

Referências

CNBC TV18. G7 summit in France: who is attending and what's on the agenda. CNBC TV18, [s.l.], [2026]. Disponível em: https://www.cnbctv18.com/world/g7-summit-in-france-who-is-attending-and-whats-on-the-agenda-ws-l-19919417.html. Acesso em: 4 jun. 2026.

LE MONDE. Upcoming G7 puts serious strain on relations between Switzerland and France. Le Monde, Paris, 1 jun. 2026. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/06/01/upcoming-g7-puts-serious-strain-on-relations-between-switzerland-and-france_6754005_4.html. Acesso em: 4 jun. 2026.

POLITICO. Macron weighs options to woo Trump ahead of G7: dinner at Versailles or golf diplomacy. Politico Europe, [s.l.], [jun. 2026]. Disponível em: https://www.politico.eu/article/macron-weighs-options-woo-trump-g7-dinner-versailles-golf-diplomacy/. Acesso em: 7 jun. 2026.

REUTERS. Trump says he will attend G7 summit in France. Reuters, [s.l.], 3 jun. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/trump-says-he-will-attend-g7-summit-france-2026-06-03/. Acesso em: 4 jun. 2026.

REUTERS. Switzerland to deploy 4,000 troops for G7 summit security. Reuters, Genebra, 4 jun. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/switzerland-deploy-4000-troops-g7-summit-security-2026-06-04/. Acesso em: 7 jun. 2026.

THINK7. Think7 2026: cooperating in a brutal world. [S.l.]: Think7, 2026. Disponível em: https://think7-2026.org. Acesso em: 4 jun. 2026.

WOMEN7. W7 2026 position paper 6. [S.l.]: Women7, maio 2026. Disponível em: https://women7.org/wp-content/uploads/2026/05/W7-2026-position-paper-6.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.

O conflito no Oriente Médio e os impactos diretos e indiretos na economia, segundo a OCDE

The conflict in the Middle East and its direct and indirect impacts on the economy, according to the OECD

El conflicto en Oriente Medio y sus repercusiones directas e indirectas en la economía, según la OCDE

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre a organização e a promoção do encontro ministerial da própria OCDE, um panorama sobre perspectivas e projeções da economia mundial e três estudos variados sobre temas de economia agrícola e saúde.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *Entre las novedades más destacadas de la OCDE se dividen entre la organización y promoción de la propia reunión ministerial de la OCDE, una visión general de las perspectivas y proyecciones para la economía mundial, y tres estudios variados sobre temas de economía agrícola y salud.*

Palabras clave*: G20; EE. UU.; G7; geopolítica; OCDE; cooperación internacional.*

Abstract. *The OECD's highlights include the organization and promotion of the OECD's own ministerial meeting, an overview of the outlook and projections for the global economy, and three diverse studies on topics related to agricultural economics and health.*

Keywords: *G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Entre os dias 3 e 4 de junho de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) organizou e promoveu a edição de 2026 do encontro anual de seu conselho ministerial. Sob a presidência da Finlândia e com a Coréia e a Nova Zelândia atuando como vice-presidentes, os ministros e representantes de alto nível de países participantes da organização, assim como também atores representantes de parceiros da OCDE se reuniram na sede da organização, em Paris, França, para discutir o tema *"Getting industrial policies right for open markets, growth and prosperity"* (Políticas industriais adequadas para mercados abertos, crescimento e prosperidade, em tradução livre), elaborando sobre como as estratégias industriais e os mercados competitivos, em âmbito nacional e global, podem contribuir para o crescimento a longo prazo que apoie padrões de vida mais elevados para todos.

Durante o evento de dois dias, os Ministros discutiram e elaboraram uma série de assuntos e materiais pertinentes à agenda política e prática da OCDE, como, por exemplo, uma nova recomendação do conselho para tecnologias quânticas, além de celebrar o *"Implementation Plan of the Strategic Framework for Latin America and the Caribbean"* (Plano de Implementação do Quadro Estratégico para a América Latina e o Caribe, em tradução livre),

bem como os progressos alcançados rumo a uma parceria reforçada com a África. Outro documentos estratégicos também apresentados aos ministros no evento foram o *"Secretary-General's Strategic Orientations for 2027-30"*, o *"Secretary-General's Report to Ministers on OECD Global Relations"* e o *"Annual Update on OECD Standard-Setting"* — todos disponíveis em livre acesso para visualização e *download* no portal eletrônico do encontro (https://www.oecd-events.org/e/meeting-of-the-council-at-ministerial-level-2026/en). Outro interessante documento disponibilizado é a publicação *"MCM Key Issues Paper"*, que sinaliza, de maneira objetiva e clara, os principais pontos abordados ao longo do evento, as questões que são vistas como desafios ou problemáticas do ponto de vista da organização, o que a mesma tem feito e fornece recomendações para formuladores de políticas.

Durante o evento, a OCDE também promoveu a divulgação de uma série de pesquisas relevantes sobre a economia mundial. O primeiro deles, o *"OECD Economic Outlook, Volume 2026 Issue 1: Under Pressure"*, é a mais recente edição do ano de 2026 de sua tradicional publicação semestral *"Economic Outlook"* (Perspectiva econômica, em tradução livre), onde a organização se propõe a analisar e projetar as principais tendências e perspectivas econômicas mundiais para os próximos dois anos, além de apresentar um conjunto consistente de projeções para produção, emprego, gastos do governo, entre outros.

A nova atualização do relatório da iniciativa indica que o conflito no Oriente Médio se tornou a força dominante a moldar as perspectivas econômicas mundiais, que se deterioram em meio ao choque energético e ao aumento das pressões inflacionárias. Os preços da energia e de outros insumos agrícolas e industriais essenciais produzidos nas economias do Golfo Pérsico dispararam desde fevereiro de 2026, devido à redução da produção e das exportações. Tal cenário tem impulsionado a inflação, pressionando a renda real e o crescimento econômico. Desse modo, as projeções da OCDE de crescimento do produto interno bruto (PIB) foram revisadas para baixo, enquanto a inflação foi revisada para cima.

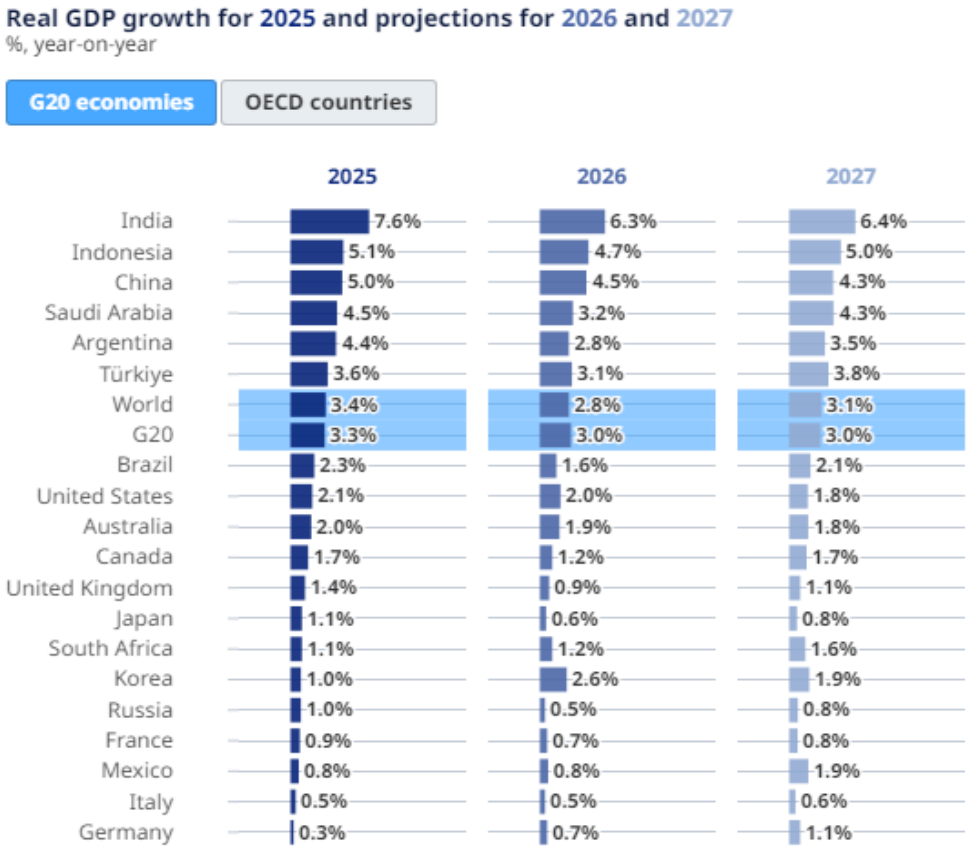
Devido à incerteza em torno da escalada e desenvolvimento do conflito, o documento traça dois cenários futuros para a economia global: um de interrupção temporária, no qual a produção e o comércio de energia nas economias do Golfo retornam progressivamente aos níveis pré-conflito a partir de meados de 2026, levando a uma reversão gradual das interrupções; e outro de interrupção prolongada, que pressupõe que as atuais interrupções na produção e exportação de energias nas economias do Golfo persistam até 2027, com preços de energia mais altos, riscos crescentes de escassez de oferta e um aperto das condições financeiras globais, todos com consequências mais amplas e duradouras para a economia global.

Sob a hipótese de uma resolução duradoura do conflito — o cenário de "interrupção temporária" — a OCDE projeta uma desaceleração do crescimento global de 3,4% em 2025 para 2,8% em 2026, antes de subir para 3,1% em 2027. O crescimento do PIB nos Estados Unidos está projetado em 2,0% em 2026, antes de desacelerar para 1,8% em 2027. Na zona do euro, o crescimento deverá permanecer modesto em 0,8% em 2026, antes de acelerar para 1,2% em 2027. O crescimento chinês deverá desacelerar para 4,5% neste ano e 4,3% em 2027.

No cenário de "perturbação prolongada", o crescimento global abranda para 2,1% em 2026 e 1,8% em 2027, deixando uma marca duradoura em muitos países, especialmente na Ásia, na Europa e em economias em desenvolvimento mais vulneráveis ao choque dos preços da energia e dos alimentos. O crescimento na OCDE está previsto em 0,9% em 2026 e 0,5% em 2027 (contra 1,5% em 2026 e 1,7% em 2027 no cenário de "interrupção temporária").

As pressões inflacionárias estão aumentando tanto nas economias avançadas quanto nas emergentes. O choque energético tem levado a preços mais altos das *commodities*, enquanto os efeitos indiretos têm impulsionado os preços em toda a economia, notadamente nos insumos agrícolas e nos alimentos. No cenário de perturbação de duração limitada, espera-se que a inflação anual dos preços ao consumidor nas economias do G20 suba coletivamente para 4,0% em 2026, ante 3,4% em 2025, antes de recuar para 3,1% em 2027, à medida que as pressões sobre os preços da energia e dos alimentos diminuam. A inflação subiria significativamente mais no cenário de perturbação prolongada.

Figura 1: Projeções de crescimento real do PIB para 2025, 2026 e 2027 para economias do G20, % em relação ao ano anterior



Fonte: OCDE, 2026.

Diante de tal período de incerteza, a OCDE recomenda aos formuladores de políticas, governos e bancos centrais três observações gerais: (i) as políticas monetárias devem permanecer vigilantes e atentos às mudanças no equilíbrio de riscos em torno dos desenvolvimentos econômicos e financeiros para garantir que as pressões inflacionárias subjacentes sejam controladas de forma duradoura, contudo a elevação temporária dos preços impulsionados pela oferta não necessariamente precisa desencadear uma resposta política, desde que as expectativas de inflação permaneçam bem ancoradas; (ii) as medidas de alívio dos preços da energia devem ser direcionadas e temporárias, preservando os incentivos para a redução da demanda, preservando os incentivos para a redução da demanda; e (iii) os países

também devem intensificar os esforços para diversificar o fornecimento de energia e melhorar a eficiência energética, a fim de reduzir a vulnerabilidade a choques futuros.

É proveitoso ainda ressaltar que, complementar ao documento principal do estudo, a organização também disponibilizou notas de projeção para cada país analisado, onde dedica atenção especial e oferece análises para as especificidades e contextos de cada caso. O Brasil é um dos países participantes do estudo e possui um documento próprio tanto nos idiomas inglês, quanto em português — facilitando o entendimento e acesso às avaliações econômicas e políticas da OCDE. Nele, é realçado que o crescimento real do PIB brasileiro deverá desacelerar para 1,6% em 2026, antes de se recuperar para 2,1% em 2027, com as exportações sendo o principal motor em 2026, sustentadas por um forte setor de *commodities* e pela demanda robusta chinesa. Apesar da evolução do conflito no Médio Oriente, se projeta uma diminuição gradual da inflação, atingindo 4,4% em 2026 e 3,6% em 2027.

Por fim, a organização intergovernamental prosseguiu a continuamente incrementar diversos títulos, recursos e documentos próprios em seu acervo e biblioteca virtual no decorrer da quinzena, sendo, dentre tal fluxo de recentes adições, três pesquisas com assuntos ligados à economia agrícola e à saúde aqui especialmente destacadas.

Ainda refletindo sobre os impactos diretos e indiretos do conflito na região do Oriente Médio, a pesquisa denominada *"The impact of the conflict in the Middle East on agricultural markets"* possui um olhar atento às reverberações sentidas na produção e no comércio agrícola mundial. Apesar do Oriente Médio desempenhar um papel limitado na agricultura mundial, a agricultura é um setor de alto consumo de energia e está intimamente relacionada aos mercados energéticos por meio da produção de biocombustível. Baseando-se então no modelo Aglink-Cosimo da própria da OCDE e da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), o estudo analisa dois canais de transmissão de um choque de preços do petróleo para os preços agrícolas globais: os mercados de fertilizantes e a demanda por biocombustíveis. Seus resultados apontam aumentos tardios e moderados nos preços das *commodities* agrícolas, com impactos mais fortes em países altamente dependentes de fertilizantes importados. Já as elevações temporárias nas cotas de biocombustíveis têm efeitos limitados sobre os preços dos alimentos, porém podem ampliar os riscos para os óleos vegetais.

Outra interessante publicação é o artigo *"Competition and regulation in the healthcare sector"*, cujo foco principal se dedica a examinar a relação entre regulamentação e concorrência nos mercados da saúde, identificando áreas em que as autoridades de concorrência podem defender uma regulamentação pró-concorrência para beneficiar o autocontrole de custos e incentivos à eficiência. A pesquisa ainda apresenta uma estrutura para identificar e analisar barreiras regulatórias e discute evidências empíricas e experiências relevantes de autoridades de concorrência. O cenário observado revela que normas como restrições à entrada baseadas em necessidade ou o envolvimento de empresas já estabelecidas nas decisões de licenciamento podem limitar a entrada no mercado e reduzir sua capacidade.

Preocupações semelhantes surgem no tópico regulação profissional, onde definições restritivas de tarefas e a portabilidade limitada de licenças podem exacerbar a escassez de mão de obra e reduzir o acesso. Além disso, o desenvolvimento de serviços digitais também pode ser prejudicado por barreiras regulatórias, como a falta de interoperabilidade entre sistemas de registros eletrônicos. O texto advoga também que a regulação pró-concorrencial pode apoiar pacientes e financiadores, fornecendo-lhes informações úteis.

Na pesquisa *"Incentivising patient pathways in outpatient care: A review of gatekeeping and cost-sharing policies across the OECD"*, seus autores discorrem sobre como melhorar a utilização eficiente de recursos escassos nos países da OCDE para garantir a sustentabilidade a longo prazo dos gastos com saúde, abordando o caminho do incentivo a busca por cuidados por parte dos pacientes. Para tal, as ferramentas *gatekeeping* — um mecanismo de filtro e controle de acesso por meio da qual médicos de clínica geral ou outros médicos de atenção primária controlam o acesso a cuidados especializados — e o compartilhamento de custos — mecanismos que exigem que os pacientes contribuam financeiramente para o custo dos cuidados — são sinalizadas como instrumentos políticos amplamente aplicados nos países participantes da organização e que podem também visar objetivos além da melhoria da eficiência.

Com foco no setor ambulatorial, o estudo apresenta um levantamento dos países da OCDE que adotam essas políticas e de como as mesmas são concebidas e estruturadas. Também revisa evidências sobre como essas políticas afetam os orçamentos de saúde, a eficiência e os resultados em saúde. A análise é complementada por seis estudos de caso de países (Dinamarca, França, Alemanha, Noruega, Polônia e Holanda), que descrevem detalhadamente a implementação de mecanismos de controle de acesso e compartilhamento de custos e identificam fatores que podem influenciar seu impacto no desempenho do sistema de saúde. Tais fatores incluem a disponibilidade de médicos de clínica geral, como os médicos de clínica geral são incentivados a prestar serviços e se os pacientes podem contornar os processos de triagem.

Referências

OECD. OECD Ministerial Council Outcomes. OECD [Internet]. 2026 Jun 04 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/06/oecd-ministerial-council-outcomes.html.

OCDE. Implementation Plan for the OECD Strategic Framework for Latin America and the Caribbean. OECD [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/events/2026/06/mcm/2026-mcm-implementation-plan-for-the-oecd-strategic-framework-for-latin-america-and-the-caribbean.pdf.

OCDE. MCM Key Issues Paper. OECD [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/events/2026/06/mcm/2026-mcm-key-issues-paper.pdf.

OECD. Global economic outlook weakens amid energy shock and rising inflationary pressures. OECD [Internet]. 2026 Jun 03 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/06/global-economic-outlook-weakens-amid-energy-shock-and-rising-inflationary-pressures.html.

OECD. OECD Economic Outlook, Volume 2026 Issue 1: Under Pressure. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://doi.org/10.1787/2d1956f0-en.

OECD. Nota de projeção para Brasil, Junho de 2026. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/es/topics/policy-sub-issues/economic-snapshot-pages/eo119sp/Brasil_EO119SP-PRT.pdf.

OECD. The impact of the conflict in the Middle East on agricultural markets. OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05];225. Available from: https://doi.org/10.1787/3324cfee-en.

OECD. Competition and regulation in the healthcare sector. OECD Roundtables on Competition Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05];334. Available from: https://doi.org/10.1787/102fea92-en.

Hämmerli M, Milstein R, Mueller M. Incentivising patient pathways in outpatient care: A review of gatekeeping and cost-sharing policies across the OECD. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05];196. Available from: https://doi.org/10.1787/349dcf1c-en.

Hämmerli M, Milstein R, Mueller M. Incentivising patient pathways in outpatient care: A review of gatekeeping and cost-sharing policies across the OECD — Support Materials. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05];196. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/05/incentivising-patient-pathways-in-outpatient-care_c6154148/349dcf1c-en.pdf.